

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.462.349 - SP (2019/0055439-8)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **ROGERIO ANTONIO MARANHÃO BURGUE**
ADVOGADOS : **PRISCILLA DAMARIS CORRÊA - SP077868**
PAULO ROGÉRIO BERNARDO CERVIGLIERI - SP162520
DANIEL CERVIGLIERI - SP311078
RODRIGO LEITE DA SILVA E OUTRO(S) - SP359587
AGRAVADO : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **ROGÉRIO ANTÔNIO MARANHÃO BURGUE**, contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 488):

ACIDENTE DO TRABALHO - OPERADOR DE MÁQUINA - LESÕES NOS MEMBROS SUPERIORES CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA - DESNECESSIDADE - LAUDO MÉDICO PERICIAL CONCLUSIVO - NEXO CAUSAL DESCARTADO PELA PERÍCIA - BENEFÍCIO INDEVIDO - SENTENÇA MANTIDA - JULGAMENTO REALIZADO NOS TERMOS DO ART. 942, §1º DO CPC.

Para a concessão do benefício acidentário é imprescindível a existência do nexo causal com o trabalho e a efetiva incapacidade profissional. A ausência de qualquer destes requisitos desautoriza o deferimento da reparação.

Preliminar rejeitada. Recurso desprovido, por maioria, vencidos o 2º Juiz e a Relatora Sorteada.

Não foram opostos embargos declaratórios.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação do art. 86, da Lei 8.213/91.

Sustenta, em síntese, que faz jus ao recebimento do benefício acidentário, pois, em decorrência de doença adquirida por meio do exercício de sua atividade profissional, teria experimentado redução de sua capacidade laborativa.

É o relatório.

O recurso não prospera.

Inicialmente, é de bom alvitre ressaltar que o juiz não está adstrito às conclusões da perícia técnica, podendo se pautar em outros elementos de prova aptos à formação de seu livre convencimento, estando autorizado a concluir pela incapacidade laborativa fundado no conjunto probatório produzido nos autos e nas particularidades do caso concreto.

Contudo, no caso concreto, o Tribunal **a quo**, ao examinar a questão posta, assim se manifestou sobre o nexo causal referente à alegada moléstia ocupacional, que poderia ensejar a concessão do benefício pleiteado (fls. 489/490):

Pois bem, respeitado este posicionamento, entendo que as provas existentes nos autos não permitem reconhecer a existência de nexo causal (ou concausal) ocupacional.

[...]

Na avaliação médica designada, o expert, de confiança do Juízo, valendo-se dos exames físico, complementares e vistoria no local de trabalho, em que pese ter constatado que o obreiro apresenta Tendinite do Supraespinhoso e discreta Bursite Subacromial-subdeltóidea nos ombros, expressamente afastou a existência de liame etiológico entre a moléstia apresentada pelo obreiro e sua atividade profissional (Operador de Máquina), consignando o seguinte: "O autor trabalhava como operador de máquina, segundo as informações do Sr. Ricardo. O autor trabalhava na célula 8, operando o torno Traubb semi-automático que fazia o corte do tubo, a usinagem, o chanfro, a gravação e o controle do tubo (automaticamente) com o autor abastecendo a máquina com os tubos em barras (colocados pelo operador de ponte rolante) após ajuste prévio da máquina; após a usinagem fazia a inspeção por amostragem, segundo o Sr. Ricardo. Trata-se de um trabalho sem a realização de movimentos articulares constantes e repetitivos com os membros superiores, sem dispêndio de esforço físico acentuado, segundo o Sr. Ricardo. Informou que o autor trabalhava normalmente sem restrição médica (...). No presente caso, o perito não admite o nexo entre estas patologias e o trabalho, pois na sua atividade diária na empresa, o autor não realizava movimentos articulares constantes e repetitivos com os

membros superiores que poderiam ter desencadeado o aparecimento destas moléstias" (fls. 130/141).

Como se vê, o nexo causal foi descartado e, posteriormente, em complementação ao laudo ratificou-se tal conclusão (fls. 312/313), restando claro que a lesão que acomete o obreiro não foi causada por qualquer atividade exercida por ele. Inexistem elementos probatórios suficientes de que o trabalho tenha atuado como causa ou concausa da moléstia apresentada pelo autor.

Como se percebe, o acórdão fundou-se nas provas existentes nos autos ao consignar o não preenchimento dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado, por constatar a ausência de nexo causal entre a patologia existente e o exercício de atividade laborativa.

Assim, a alteração destas conclusões, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator